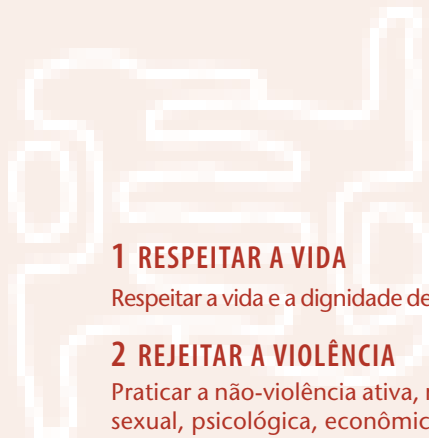


**Comitê Paulista para a
Década da Cultura de Paz**
um programa da UNESCO





Manifesto 2000

1 RESPEITAR A VIDA

Respeitar a vida e a dignidade de cada ser humano sem discriminação nem preconceito.

2 REJEITAR A VIOLÊNCIA

Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os mais desprovidos e os mais vulneráveis, tais como as crianças e os adolescentes.

3 SER GENEROSO

Compartilhar meu tempo e meus recursos materiais no cultivo da generosidade e pôr um fim à exclusão, à injustiça e à opressão política e econômica.

4 OUVIR PARA COMPREENDER

Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre o diálogo sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição.

5 PRESERVAR O PLANETA

Promover o consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE

Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, com a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, de modo a criarmos juntos novas formas de solidariedade.

O **Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-violência** - um programa da UNESCO - foi elaborado por laureados com o Prêmio Nobel da Paz, reunidos em Paris, em 1998, para a celebração do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que marcou o início dessa campanha de conscientização pública mundial e do Movimento Internacional pela Cultura de Paz.

Histórico do Comitê

O Movimento para a Cultura de Paz vem acontecendo através da ação de indivíduos em todos os cantos do mundo. Resulta de iniciativas capazes de transformar valores, atitudes, comportamentos e estruturas geradoras de violência em ambientes e dinâmicas solidárias, saudáveis e criativas.

O **Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz – um programa da UNESCO** iniciou suas atividades em outubro de 2000, dando continuidade aos objetivos e à mobilização desencadeada pelo Comitê Paulista de Divulgação do Manifesto 2000, fundado em dezembro de 1999, com base no termo de cooperação entre a UNESCO e a Associação Palas Athena, com o objetivo de tornar pública a ação da UNESCO de difundir os princípios do Manifesto. Para atender ao número crescente de solicitações, o **Comitê** abriu um espaço de encontro livre – não institucionalizado – entre os diversos setores da sociedade interessados em ações e reflexões comprometidas com a Paz.

A partir do ano 2000 tiveram início as atividades deste **Comitê**, das quais participam representantes de instituições governamentais, organizações não-governamentais, associações de bairro, representantes de movimentos sociais, professores, profissionais liberais e estudantes. Todas as atividades são de caráter gratuito, desenvolvidas por voluntários e estão franqueadas ao público. Os fóruns temáticos mensais são realizados com especialistas

Diálogo: a Competência do Conviver

das mais diversas áreas, sempre aportando idéias e experiências que ampliam a nossa compreensão dos princípios fundadores de uma Cultura de Paz.

Todas as ações são veiculadas no site do **Comitê**, atualizado permanentemente. Ele divulga também documentos internacionais e textos de referência sobre Cultura de Paz, além da agenda dos fóruns. Disponibiliza ainda contos, textos de apoio e sugere visita a outros sites afins com as temáticas desenvolvidas pelo Comitê.



Os encontros do **Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz - um programa da UNESCO** são realizados mensalmente, sempre as terças-feiras, 19h, em local a ser divulgado pelo site e através dos informes periódicos distribuídos por via eletrônica (para recebê-los basta enviar mensagem para comitepaz@uol.com.br). Entrada franca.

www.comitepaz.org.br



A UNESCO e a Construção da Cultura de Paz

Marlova Jovchelovitch Noletto
Diretora Técnica da UNESCO no Brasil

Cinqüenta anos depois da fundação das Nações Unidas e da UNESCO, o mundo se encontra novamente em posição de transformar a cultura predominante, de violência, em Cultura de Paz. Hoje, o desafio consiste em encontrar os meios de mudar definitivamente atitudes, valores e comportamentos, a fim de promover a paz e a justiça social, a segurança e a solução não-violenta de conflitos.

Mesmo trabalhando em uma variedade de campos de atuação, a missão exclusiva da UNESCO é a construção da paz: “O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, estreitando, mediante a educação, a ciência e a cultura, a colaboração entre as nações com o objetivo de assegurar o respeito universal da justiça, da lei, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, de sexo, de idioma ou de religião, que a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos”.

Para construir uma Cultura de Paz é necessária a cooperação com os governos em seus três níveis, com o Poder Legislativo, com o setor privado e com a sociedade civil, tecendo uma imensa rede de parcerias, mobilizando a sociedade, aumentando a conscientização e educando para uma Cultura de Paz. É de fundamental importância, também, a cooperação entre os países e uma coordenação entre as organizações internacionais que dispõem de competência e recursos indispensáveis para auxiliar indivíduos a ajudarem-se a si mesmos.

O Programa Cultura de Paz está voltado não apenas à prevenção das guerras, e podemos até imaginar que as guerras são algo distante de nosso cotidiano. Mas estamos falando das guerras anônimas travadas na violência. Afirmamos

a prevenção e a rejeição a todo tipo de violência, exploração, crueldade, desigualdade e opressão.

Muitas guerras têm sido causadas por questões de identidade cultural visando à destruição do outro; muitos esforços violentos de modernização têm afetado a noção de identidade dos povos; muitas conseqüências cruéis são decorrentes da globalização do intercâmbio cultural e do intercâmbio econômico que conduzem à desintegração dos valores dos povos. Atualmente, a intolerância tem suscitado sentimentos de exagerado nacionalismo, revivendo diferenças étnicas e religiosas e levando milhões ao refúgio e à perda do “direito de ter direitos”.

Em face desse inaceitável estado dos fatos, devemos nos mobilizar em favor da paz e da não-violência, para que se tornem realidade cotidiana para todos. E esse é o maior desafio: transformar os valores da Cultura de Paz em nossa prática diária, exercitando tolerância, solidariedade, compartilhamento e respeito aos direitos individuais. Além disso, a Cultura de Paz procura resolver problemas como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis.

Mas como fazer da Cultura de Paz uma realidade concreta e duradoura? No mundo interativo, tudo é uma questão de conscientização, mobilização, educação, prevenção e informação em todos os níveis sociais em todos os países. A elaboração e o estabelecimento de uma Cultura de Paz requer a profunda participação de todos.

Cabe aos cidadãos organizarem-se e assumir sua parcela de responsabilidade; aos países, a cooperação; às organizações internacionais, a coordenação de suas diferentes ações; e às populações, a participação efetiva no desenvolvimento de suas sociedades. A Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que considera os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de

cada ser humano. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia-a-dia familiar, regional ou nacional. É um processo sem fim.

Educação, no sentido mais amplo do termo, é o componente crucial da Cultura de Paz; uma educação que torne cada cidadão sensível ao outro e que inspire um senso de responsabilidade, com respeito aos direitos e liberdades.

A educação para todos ao longo de toda a vida, formal e informal, deve estar baseada nos quatro pilares do conhecimento: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver junto” e “aprender a ser”¹. Se concretizarmos, na vida cotidiana, os quatro pilares do conhecimento estaremos construindo uma Cultura de Paz.

Pluralismo cultural é outra força diretriz para a paz e a solidariedade internacionais. A paz não pressupõe, de forma alguma, homogeneidade. Na verdade, a paz deve ser baseada no pluralismo e no desenvolvimento sustentável.

Com essa abordagem positiva da diversidade cultural, a sociedade civil pode agir tendo em mente que cada país e cada sociedade devem planejar suas estratégias de acordo com suas características específicas. O Movimento Mundial pela Cultura de Paz é “uma grande aliança

Cabe aos cidadãos organizarem-se e assumir sua parcela de responsabilidade; aos países, a cooperação; às organizações internacionais, a coordenação de suas diferentes ações; e às populações, a participação efetiva no desenvolvimento de suas sociedades.



Diálogo: a Competência do Conviver

de movimentos existentes”, um processo que unifica todos aqueles que já trabalharam e que se dedicam a esta transformação fundamental de nossas sociedades. O objetivo é permitir que toda pessoa ou organização contribua para esse processo de transformação de uma cultura de violência para uma Cultura de Paz, em termos de valores, atitudes e comportamento individual, bem como em termos de estruturas e funcionamentos institucionais.

É esse o desafio que lançamos: construir em nossa sociedade uma Cultura de Paz, com cada cidadão fazendo sua parte – por menor que seja. Trabalhar na educação, na construção solidária de uma nova sociedade mais igual e justa, onde o respeito aos direitos humanos e à diversidade se traduzam concretamente na vida de cada cidadão, onde haja espaço para a pluralidade e a vida possa ser vivida sem violência. A UNESCO acredita que é possível e convida a todos a se engajarem nesse desafio.

Nota

1- DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 6ª ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.



A Não-violência Entra em Cena

Lia Diskin

Co-fundadora da Associação Palas Athena

Uma das primeiras obras publicadas em português sobre métodos de ação não-violenta que desencadearam profundas transformações sociais é a do Prof. Gene Sharp, *Poder, Luta e Defesa*. No prefácio da edição brasileira, ele afirma: “é possível que o povo do Brasil venha a desempenhar papel importante na história do futuro desenvolvimento da técnica não-violenta como substituto da violência para se conseguir mudança social e se precaver de governos ditatoriais”.

Nos últimos anos, a crescente adesão aos princípios da Cultura de Paz por parte de organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades religiosas e programas de governo parece confirmar as palavras proféticas daquele prefácio.

Entretanto, ainda há pouca pesquisa e material bibliográfico disponível sobre o alcance e significado da ação não-violenta como instrumento eficiente para promover inserção e participação social, além de cumprir o propósito de inviabilizar o abuso de poder; a intolerância; a segregação social, racial, sexual; a marginalização dos diferentes e a privação dos direitos fundamentais, cuja consequência é a desumanização e a barbárie.

Com o objetivo de contribuir na criação de referências para tais estudos e, igualmente, subsidiar ações comprometidas com a não-violência, o **Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz** inicia com este volume a publicação de alguns dos Fóruns realizados a partir do ano 2000, sobretudo aqueles cuja temática abre espaços novos de reflexão e aplicação na vida comunitária. É necessário ampliar a compreensão do que seja a paz, do mesmo modo que estamos expandindo, progressivamente, o alcance dos direitos



... o Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz inicia com este volume a publicação de alguns dos Fóruns realizados a partir do ano 2000, sobretudo aqueles cuja temática abre espaços novos de reflexão e aplicação na vida comunitária.

humanos. Ambos são processos, ou seja, conceitos constituídos historicamente, e a quarta geração dos direitos humanos aborda a questão do direito à Paz, ao desenvolvimento, ao patrimônio comum da humanidade e ao meio ambiente salutar.

Nesse sentido, o **Comitê** aspira tornar-se uma fonte de irradiação de valores democráticos, nutridos pelos direitos humanos em direção a um desenvolvimento sustentável que inviabilize a violência como atitude e comportamento do ser humano perante a vida; pois, é no reconhecimento da nossa comunidade de destino e participação histórica que nos humanizamos, criamos vínculos afetivos e confirmamos o sentido da existência.

Agradecemos a confiança da UNESCO na viabilização das ações que desenvolve este **Comitê**; à Faculdade de Saúde Pública da USP, que sediou os fóruns e reuniões de gestão e capacitação até o ano 2005; à Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, que disponibilizou parte do material de divulgação; e à Soma Comunicação e Planejamento que criou e mantém atualizado o nosso site, além de diagramar as peças de nossos impressos.

O nosso reconhecimento também se dirige aos numerosos voluntários do **Comitê** que, inspirados nos princípios da Cultura de Paz, geram com seu tempo, conhecimentos e iniciativas, um feixe de oportunidades que se traduzem em exemplo de ação conjunta, liderança partilhada e compromisso solidário.

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz - um programa da UNESCO



**Diálogo:
a Competência do Conviver**

Dr. Humberto Mariotti

Diálogo: a Competência do Conviver



Título original:

Diálogo: a Competência do Conviver

Dr. Humberto Mariotti

Realização

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz - um programa da UNESCO
www.comitepaz.org.br

Coordenação: Associação Palas Athena do Brasil
Rua Leôncio de Carvalho, 99 - Paraíso
04003-010 - São Paulo/SP - Brasil
3266-6188 (fone) 3287-8941 (fax)
www.palasathena.org

coordenação geral: Lia Diskin e Lúcia Benfatti Marques
edição: Elisabete Santana (MTb 16.435)
projeto gráfico: Douglas Paes Aranão
transcrição das fitas: Anamélia Spisso, Christiane Silva Araújo, Clara Bisquola,
Elaine Lovezzo, Getúlio Martins, Inês Polegatto, Terue Sonia Teramoto

Apoio
SOMA Comunicação e Planejamento

Catálogo na fonte do Departamento Nacional do Livro

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz - um programa da UNESCO
Ética, a Arte da Convivência
Fórum proferido pelo Dr. Humberto Mariotti - São Paulo: Universidade de Saúde Pública
da USP - Universidade de São Paulo, 2004
60 págs.: 14,5 x 16,7cm.

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.



14

Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz - um programa da UNESCO

Publicação do
Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz
um programa da UNESCO

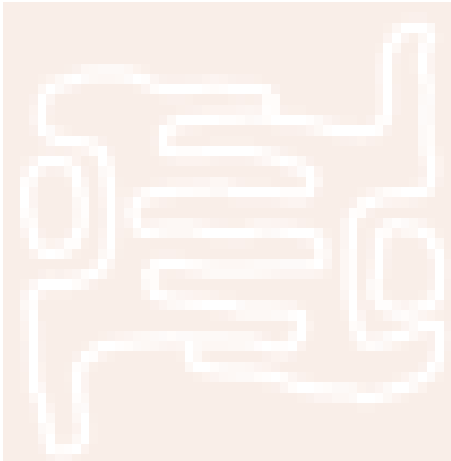
Diálogo: a Competência do Conviver

Dr. Humberto Mariotti

17º Fórum,
realizado em 20/08/2002
na Faculdade de Saúde Pública da USP



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Sumário

Sinopse 17

Diálogo: a competência do conviver 19

Porque distinguir desejo e necessidade? 24

A noção de relação 28

A percepção resulta de um diálogo 33

Opostos e complementares 37

Idéias e conclusões 41

Pontos para o diálogo 47

Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais 50

Sinopse

Diálogo: a Competência do Conviver

Dr. Humberto Mariotti

O diálogo é uma modalidade de conversação cujo objetivo é melhorar a comunicação entre as pessoas e instituições, e facilitar a produção de idéias novas e significados compartilhados. Vem sendo utilizado de modo crescente em situações em que é necessário complementar os meios tradicionais da discussão, do debate e da negociação. Ou seja: quando é necessário ir além dos limites da diplomacia tradicional.

Um de seus pensadores fundamentais foi Martin Buber, introdutor da dialógica *Eu e Tu*. O crítico literário russo Mikhail Bakhtin também produziu *insights* originais para o tema. O físico americano David Bohm foi outra figura destacada: aperfeiçoou e divulgou a técnica do diálogo, em especial nos últimos anos de sua vida.

Em termos práticos, o diplomata americano Harold Saunders — que se dedicou exclusivamente ao método — destacou-se por conduzir encontros nos quais se utilizou o diálogo em situações delicadas, como os conflitos entre árabes e israelense, russos e afegãos.

O diálogo é uma forma de produzir e fazer circular idéias, e busca os seguintes objetivos:

- a) melhorar a comunicação entre as pessoas;

b) observar o processo do pensamento;

c) criar redes de conversação;

d) produzir e compartilhar significados. Para praticá-lo é preciso um aprendizado, que começa com a modificação dos hábitos mentais que dificultam nossa capacidade de ouvir.

O questionamento básico do método é simples: o que temos como certo e fora de dúvida nem sempre é o único modo de perceber e compreender o mundo. Daí a pergunta-chave: “E se suspendermos, ao menos temporariamente, os nossos modos habituais de pensar — as nossas ‘certezas’ —, e assim conversarmos para ver o que acontece?”

Trata-se, pois, de mudar de abordagem, trocar de posição, observar a partir de outros ângulos, pensar os mesmos problemas de maneira diferente. O diálogo se aplica a qualquer situação em que seja necessário produzir idéias novas e aprender em grupo.

Humberto Mariotti é médico e psicoterapeuta.

Co-fundador da Sociedade Brasileira de Psicoterapia Existencial Humanista (SP).

Pesquisador em complexidade, pensamento sistêmico e ciência cognitiva.

Conferencista nacional e internacional.

Coordenador do Grupo de Estudos de Complexidade e Pensamento Sistêmico da Associação Palas Athena.

Co-fundador do Grupo de Diálogo da Associação Palas Athena.

Autor de, entre outros livros, *As Paixões do Ego: Complexidade, Política e Solidariedade* (Editora Palas Athena) e *Organizações de Aprendizagem: Educação Continuada e a Empresa do Futuro* (Editora Atlas).

**17° Fórum do
Comitê Paulista para a
Década da Cultura de Paz**
– um programa da UNESCO

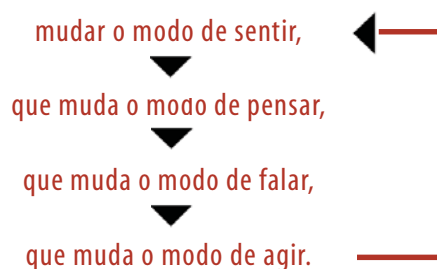
**Diálogo:
a Competência do Conviver**

Dr. Humberto Mariotti



Diálogo: a Competência do Conviver

Nesta exposição desenvolveremos o seguinte plano: por meio do exame dos obstáculos ao diálogo, daquilo que o dificulta, tentaremos explicar o que ele é como método de conversação, como processo de produção de idéias novas. Para começar, observemos o diagrama a seguir:



Trata-se de uma circularidade. Ela significa que, na prática, mudando-se qualquer um desses modos de vida (e todos eles são modos de viver) modifica-se o resto, pois todos estão teoricamente interligados. Mas há dificuldades para pôr tudo isso em prática. Não são poucas, e a maneira de superá-las é também problemática.

Para lidar com elas, introduzamos dois raciocínios.

O primeiro diz que o ser humano é um ser de possibilidades. Se plantarmos uma semente de maçã, por exemplo, o resultado será uma macieira. Se plantarmos uma semente de maçã verde, ou vermelha, ou de qualquer das outras variedades, sabemos que o resultado será uma fruta daquela variedade, e nada mais. Quando o espermatozóide fecunda o óvulo, sabemos que nascerá um ser humano. Dessa ou daquela etnia, não importa,

mas nascerá um ser humano. Mas esse não é o mesmo caso do exemplo da maçã, porque a partir do instante em que nasce um ser humano, as possibilidades de ele vir a ser um gênio, um grande canalha, um homem muito violento ou um santo estão abertas, e a combinação dessas possibilidades é virtualmente infinita. É por isso que os pensadores, principalmente os da vertente existencial, dizem que o homem é um ser de possibilidades.

O segundo raciocínio propõe que o ser humano é um ser de desejo, um ser desejante. E a natureza do desejo, dizia Aristóteles, é jamais ser saciado. Quando um desejo é satisfeito, seja ele qual for, logo em seguida reaparece, ou da mesma forma ou como uma variante. O que não varia é a insaciabilidade. Pode-se também acrescentar que o ser humano é um ser de necessidades. Ele as tem porque tem um corpo físico. Mas há outras, que transcendem a corporeidade: são as necessidades psicológicas e espirituais. E aqui surge um sério problema: o desejo é o desejo de continuar vivendo. Assim, desejar é querer viver. Trata-se de um impulso vital.

Desejo é querer por querer. Necessidade é precisar de algo específico. Nem sempre temos o que precisamos, mas muitas vezes desejamos coisas de que não precisamos, coisas supérfluas. Eis, portanto, os três pontos que quero examinar: desejo, possibilidades e necessidades.

Hoje, uma das bases da concentração de renda, um dos fundamentos da violência, uma das raízes da falta de diálogo, é uma artimanha quase perversa em sua sutileza: igualar desejo e necessidades. Já sabemos que são duas coisas diferentes: o desejo é uma categoria ontológica, diz respeito ao Ser, que é uma categoria filosófica abstrata; as necessidades constituem uma categoria ôntica, referem-se ao ente, ao ser humano concreto. Desejo é desejo de ser, de existir; necessidade é aquilo de que precisamos para ser, para existir. A partir do instante em que se convence as pessoas de que desejo e necessidades são a mesma coisa, basta ampliar as necessidades

para que elas se convençam de que precisam disso ou daquilo para existir. E, como já sabemos, as necessidades podem ser satisfeitas, mas é da natureza do desejo jamais alcançar a satisfação. Assim, fazer com que as pessoas pensem que desejo (“você vai desejar isso ou aquilo enquanto estiver vivo”) e necessidades (“você vai precisar temporariamente disso ou daquilo”) são a mesma coisa equivale a tornar insaciáveis essas últimas.

Se você quiser ter muito mais do que precisa para viver com dignidade, interferirá no desejo (e no direito) de viver do outro.

Como mostra a prática cotidiana, fazer com que as pessoas nunca se sintam satisfeitas com o que têm as leva a comprar interminavelmente; ou a roubar, quando têm pouco ou nenhum dinheiro; ou a roubar muito, quando têm muito dinheiro e querem ter ainda mais. Há exceções, é claro, mas não podemos fingir que a regra não existe.

É um grave equívoco dizer que se satisfizemos todas as necessidades das pessoas torna-se possível dialogar. Em nossa cultura isso é falso, porque, como acabamos de ver, mesmo que conseguíssemos satisfazer todas as necessidades das pessoas elas se refariam em pouco tempo. Quanto mais satisfeitas elas ficarem mais insatisfeitas continuarão, porque estão convencidas de que necessidades e desejo são a mesma coisa — mesmo que não tenham consciência disso, o que acontece na maioria dos casos. Eis porque o assistencialismo não funciona a não ser temporariamente, o que aliás faz dele um instrumento eleitoral eficaz para quem o usa, e sempre muito caro para quem o financia — nós, os pagadores de impostos. Assim, não se trata de questionar o desejo, porque desejo é o querer continuar a viver, condição que compartilhamos com todos os seres vivos. Trata-se de questionar as necessidades.

Do que é que você realmente necessita? Verifique se, em sua opinião, necessidades e desejo são a mesma coisa. Se forem, você caiu na armadilha.

Não se questiona o desejo, porque sua condição de categoria ontológica o torna inquestionável. Não se questiona o desejo de viver, pois isso equivaleria a questionar o direito de viver. O que se precisa examinar são as necessidades. Se você quiser ter muito mais do que precisa para viver com dignidade, interferirá no desejo [e no direito] de viver do outro.

Esse é o propósito fundamental do diálogo: produzir idéias novas que façam com que as pessoas aprendam a fazer a diferença entre desejo e necessidades, e questionem suas necessidades e não o seu desejo.

Será que precisamos mesmo de tudo aquilo com que nos acenam o *marketing* e a propaganda? É claro que com esta pergunta não proponho que devamos tirar a roupa do corpo para dá-la aos outros. Mas, também não proponho que devamos tirar a roupa do corpo dos outros para ter muito mais roupas do que necessitamos. Também não proponho que devamos todos andar mal vestidos ou com fome.

A partir do instante em que se convence as pessoas de que desejo e necessidades são a mesma coisa, basta ampliar as necessidades para que elas se convençam de que precisam disso ou daquilo para existir.



Porque distinguir desejo e necessidades

Em palestras e seminários, costumo desenhar uma figura simples: uma boca e uma maçã. E faço a seguinte pergunta às pessoas que me ouvem: onde está o gosto da maçã? Na maçã ou na boca de quem a come?

A maioria escolhe um dos pólos: o gosto está na boca *ou* na maçã. Ora, a maçã em si não pode ter gosto algum, e o mesmo acontece com a boca. O gosto surge quando ambas entram em contato: é uma propriedade emergente, como escreveu o filósofo irlandês George Berkeley (1685-1753).

A maioria das pessoas diz que o gosto está na boca *ou* na maçã porque nossa cultura está condicionada a pensar em termos de partes separadas, e não na relação entre elas. Da mesma maneira que dizemos “ou boca ou maçã”, dizemos “ou amigo ou inimigo”; “ou está comigo ou contra mim”; “ou paz ou guerra”; “ou oito ou oitenta”; “ou preto ou branco”; “ou bem ou mal”; e assim por diante.

Esse modelo “ou/ou” é o maior entrave ao diálogo. Estamos profundamente condicionados por ele: “ou médico ou paciente”; “ou professor ou aluno”; “ou palestrante ou ouvintes”. Não dizemos “boca e maçã”. Acharmos que a maçã não tem relação com a boca. Da mesma forma, dizemos outra coisa que é extremamente grave: “*Ou* cultura *ou* natureza”. Nessa linha de raciocínio, a cultura somos nós, seres humanos, e a natureza está “lá fora”. Acharmos que não fazemos parte do mundo natural. A natureza

é algo alheio a nós, e que precisa ser dominada — a “luta contra a natureza” do projeto iluminista.

De modo análogo, na psicanálise, Freud diz que o Id [o substrato instintivo da psique] precisa ser controlado pelo Ego, a parte “racional”. Para ele, esse controle era um dos principais objetivos da psicanálise. É muito conhecida a sua frase: “Onde havia o Id coloque-se o Ego. É um trabalho civilizatório, como a drenagem do Zuyderzee”. (O Zuyderzee era uma enseada pantanosa, que fazia parte de um lago que hoje banha Amsterdã, Holanda.) Quer dizer, “domar” a natureza é um trabalho “civilizatório”.

Há outro exemplo, também muito conhecido, citado pela filósofa Hannah Arendt. No século 17, quando chegaram à África do Sul, os bôeres — isto é, os primeiros colonizadores, de sangue holandês — ficaram perplexos com os negros. Mas não por causa da cor da pele, e sim porque viviam em contato tão íntimo com a natureza. Coisa que eles, brancos europeus, representantes de uma cultura que se concebia separada do mundo natural, não podiam admitir. Assim também pensou Cristóvão Colombo em relação aos indígenas

Esse é o propósito fundamental do diálogo: produzir idéias novas que façam com que as pessoas aprendam a fazer a diferença entre desejo e necessidades, e questionem suas necessidades e não o seu desejo.



da América: faziam parte da fauna e da flora. A beleza que ele escrevia dos índios (e, sobretudo, das índias) fazia corpo com as belezas naturais, nada tinha a ver com o fato de eles serem humanos. Dessa e de outras circunstâncias surgiu o raciocínio: “Se faz parte da natureza, faz parte da fauna e da flora; se faz parte da fauna e da flora, pode e deve ser explorado”. Esse ânimo utilitarista e extrativista, que persiste até hoje, é a marca de todo empreendimento colonial.

Necessidade igual a desejo resulta em conflito, em violência. Significa o que o sociólogo Max Weber chamou de “desencantamento do mundo”. Diante de um mundo assim desencantado, só nos resta achar que ele é apenas uma grande fonte de recursos que devemos explorar economicamente. É claro que precisamos dessa exploração para subsistir, mas não da maneira predatória e socialmente irresponsável como ela se faz desde sempre. Nada disso ocorreria se conseguíssemos tornar muito clara, e amplamente conhecida, a distinção entre desejo e necessidades e questionar estas últimas. Desta simples operação de raciocínio podem nascer importantes posturas éticas e de responsabilidade sócio-ambiental.

Repitamos mais uma vez: o desejo não pode ser questionado. Desejo é vontade de viver. Quando digo “desejo”, falo em apetências — e a definição psiquiátrica de depressão, que é um dos problemas mentais mais graves, é a seguinte: depressão é a baixa ou perda das apetências. Deprimida não é a pessoa que está triste e melancólica, embora haja casos em que a depressão cursa com tristeza e melancolia. Deprimida é a pessoa que deixou de desejar.

Depressão é a baixa ou perda do desejo. De qual desejo? De todos. A pessoa deprimida perde a vontade de fazer tudo. Perder o desejo é perder o desejo de viver. É por isso que os casos de suicídio são tão frequentes na depressão — e é por isso que uma das maiores preocupações dos psiquiatras

é prevenir o suicídio. Não esqueçamos, portanto: o desejo é inquestionável, mas a necessidade pode e deve ser questionada. E mais questionável ainda é a artimanha de igualar desejo com necessidades. Ela é o fundamento da acumulação de supérfluos, da apropriação e da geração de legiões de pessoas despossuídas, destituídas, das quais se tira não só o necessário, mas também o fundamental. Espero que vocês todos compreendam que esse, talvez, seja o maior dos obstáculos ao diálogo.

Ao longo da vida, todos nós adquirimos uma série de atributos e qualidades: as chamadas “essências”. Passamos pela escola primária e depois — se tivermos essa sorte — vamos para os níveis secundário e superior. E de lá entramos na “vida prática”, na qual — sempre se tivermos sorte, agora a sorte de conseguir um emprego — desempenharemos essa ou aquela função, *status* ou profissão. Compramos isso ou aquilo, tornamo-nos — mais uma vez, se tivermos essa sorte — incluídos nessa sociedade que nos define por meio do que temos e não do que somos.

Necessidade igual a desejo resulta em conflito, em violência. Significa o que o sociólogo Max Weber chamou de “desencantamento do mundo”. Diante de um mundo assim desencantado, só nos resta achar que ele é apenas uma grande fonte de recursos que devemos explorar economicamente.



A noção de relação

No entanto, o ser humano é humano por causa daquilo que ele é. Pode parecer ingênuo dizer isso, mas na prática é assim que funciona: definimos os outros pelo que eles têm, mas queremos ser definidos pelo que somos. Pedimos um tipo de reconhecimento e respeito que não estamos dispostos a dar ao outro. Como dialogar, com essa assimetria de interlocutores?

Volto a citar a filósofa Hannah Arendt: se os direitos humanos são direitos naturais; se a pessoa tem direitos humanos não por causa daquilo que tem, mas por causa daquilo que é, seria lógico supor que, quando se tira de uma pessoa o que ela tem – os atributos, os títulos, a conta bancária, a roupa do corpo, o automóvel, os títulos universitários, a palavra — ela fica reduzida à sua existencialidade mais visceral, à sua humanidade mais básica. Nessa condição, a racionalidade, da qual tanto nos orgulhamos, nos levará a concluir que chegou o momento em que esse ser humano deveria ter respeitados os direitos mais fundamentais: os direitos humanos.

No entanto, como estamos cansados de saber, é exatamente neste mesmo momento que ele não tem direito algum. Passa a fazer parte do “público-alvo” (notem a metáfora bélica) da caridade, do assistencialismo, da pena. Ele tem necessidades, é claro. Mas seu desejo o leva a ter também direito, na qualidade de ser humano, à solidariedade e à compaixão. Esta última é diferente da caridade, e significa sentir-com, ser-com; desejar-

com, compartilhar o desejo de viver. Espero que vocês percebam o que está por trás da negação da compaixão e sua substituição pela pena.

Esse é mais um sério obstáculo ao diálogo e tem a ver com todos os outros: a falta de noção de relação. A nossa lógica básica não é a da ligação, mas a da separação, fragmentação, exclusão: ou isso ou aquilo; ou nós ou eles; e assim por diante.

Igualar o desejo às necessidades leva a um grande equívoco: se eu satisfizer às suas necessidades e você fizer o mesmo com as minhas, nossos problemas estão resolvidos e então poderemos dialogar. Além de ingênua (e, aqui, talvez fosse mais adequado falar em matreirice do que em ingenuidade), essa conclusão é típica da mentalidade mercantil/produtivista de nossa cultura, que nos leva a “profissionalizar” e pragmatizar as reações humanas: “Do que você precisa?” “Eu preciso disso e daquilo”. “Quanto custa esse isso e aquilo de que você precisa?” “Custa tanto”.

Daí em diante entra em cena o cálculo. Passamos a ver nossas relações com os outros (e muitas vezes conosco mesmos) em termos de custo e benefício. Reduzimos o humano ao econômico, como já aconteceu, e em se-

**...o ser humano é humano
por causa daquilo
que ele é. Pode parecer
ingênuo dizer isso, mas na
prática é assim que
funciona: definimos os
outros pelo que eles têm,
mas queremos
ser definidos
pelo que somos.
Como dialogar, com
essa assimetria
de interlocutores?**



guida reduzimos o econômico ao financeiro. Segundo esse raciocínio, o humano não vale quase nada — e assim, que direitos podem ter pessoas que valem tão pouco? E o que adianta toda essa retórica de valores humanos, quando no momento exato em que eles deveriam valer tudo, não valem quase nada? Há quem ache que eles só valem como instrumento para pôr em prática aquilo que, desde sempre, agrada a muita gente: a pantomima. Esse estado de coisas não sairá do plano das boas intenções e das exortações grandiloqüentes enquanto continuarmos a imaginar que desejo e necessidades são o mesmo.

Agora, aproveitemos o exemplo da maçã e da boca para mostrar como ele pode ser utilizado para denunciar uma armadilha. As teorias hegemônicas da ciência cognitiva (que estuda como o cérebro percebe, isto é, como conhecemos o mundo) dizem que a maçã que percebemos é um retrato da que está lá fora. O que eu vejo no mundo é uma representação dele em minha mente. Parece claro e convincente. Se a mente é o espelho da natureza, eu vejo essa maçã do mesmo modo que todos vocês.

Esse é o discurso da escola representacionista da ciência cognitiva. Nos meios acadêmicos, tudo é feito para financiar pesquisas que reforcem essa conclusão e nos levem a crer que o mundo que vemos é o mesmo que está lá fora. Em outros termos: o mundo é pré-dado, e construir sua percepção não depende de nossa estrutura mental. Já vem tudo pronto de fora. A teoria que prevalece diz que a mente é um computador, que processa os dados que nos chegam e faz uma “fotografia” do mundo objetivo.

No entanto, trata-se de uma armadilha com finalidades bem definidas, como logo explicaremos. Todos nós sabemos que as coisas não se passam como quer a teoria representacionista. Pesquisas mostraram que o ser humano vê o mundo em quatro cores; os pombos vêem o mundo em cinco cores; as abelhas vêem o mundo em ultravioleta; os morcegos não vêem o

mundo: comunicam-se com ele por um sistema de sonar.

Então é o caso de perguntar: que cor tem o mundo, afinal de contas? É lógico supor que o mundo lá fora tenha uma cor. Mas ela é percebida de modos diferentes por estruturas perceptivas diferentes. Assim, cada um de nós vê a realidade à sua maneira e de acordo com sua estrutura. Interagindo, conversando, convivendo chegamos a consensos sobre que é a realidade para cada grupo humano. É por isso que se diz que construímos nossa realidade.

Dessa maneira, a maçã não pode ser vista da mesma forma por todos. A percepção que temos dela não está nela mesma nem em nós: surge de nossa interação com ela. A nossa visão de mundo surge de nossa interação com ele. E como cada um tem uma estrutura perceptiva peculiar, cada um constrói o seu mundo — e não apenas segundo a sua estrutura, mas também de acordo com a sua interação com a estrutura do mundo.

Assim, não existe percepção inteiramente objetiva nem percepção de todo subjetiva. A percepção é um fenômeno interativo, transaccional. A percepção é um diálogo. Como, então, é possível compreender o mundo? Construindo-o à medida que interagimos com

A nossa visão de mundo surge de nossa interação com ele. E como cada um tem uma estrutura perceptiva peculiar, cada um constrói o seu mundo — e não apenas segundo a sua estrutura, mas também de acordo com a sua interação com a estrutura do mundo.



ele: percebendo-o, e depois dialogando com os outros sobre ele. Essa é a base da formação de consensos; é o núcleo da democracia vista como projeto político e não como projeto de poder.

Quando falo do mundo falo de mim, daquilo que construo. Porém, falo também daquilo que não sou, mas de que faço parte: os outros e a natureza. Assim, o mundo é o que construímos juntos: ao longo da convivência, nós o construímos e ele nos constrói.

Parece complicado, mas não é. Se tudo isso fosse ensinado nas escolas, a impressão de complicação não existiria. Mas, o que nelas se ensina é que a maçã que você vê é a mesma maçã que está lá fora. A maçã de um é a maçã de todos.

Esse equívoco tem conseqüências éticas, políticas e econômicas importantíssimas. Se a maçã que eu vejo tem que ser a mesma que todos vêem, e se eu, por acaso, enxergar uma maçã diferente, logo dirão que estou “com problemas”. Não posso nem pensar em ver algo diferente da maioria, pois pensar muito já faz de mim uma pessoa diferente. É o que diz Shakespeare, na peça *Júlio César*: “Ele pensa demais; homens assim são perigosos”.

Se sou perigoso e problemático, cedo ou tarde causarei problemas aos outros. E se estou “com problemas”, devo ser entregue à psiquiatria, o aparelho ideológico da sociedade cuja tarefa é lidar com gente assim.

A percepção resulta de um diálogo

Por tudo isso, não se ensina nas escolas que a percepção resulta de um diálogo e não de uma imposição. Que ela é um diálogo e não uma recepção passiva. Se, desde crianças, aprendêssemos isso, cada pessoa estaria desde cedo ciente de que tem o direito de construir o seu próprio mundo por meio da interação com outras pessoas e com a natureza.

Isso daria um valor novo aos entendimentos entre as pessoas. E, assim, elas ficariam à vontade para dizer umas às outras como é o mundo que constroem em seu dia-a-dia. E se recusariam a receber passivamente um mundo imposto de fora como um produto fabricado por instâncias e idealizado por interesses dos quais elas não querem fazer parte — sobretudo, por instâncias sobre as quais elas não têm nenhum poder.

Se a maçã desenhada nesta lousa for vista do mesmo modo por todo mundo, basta que ela seja manipulada para que se manipule a mente de todo mundo. Já existe até um termo sociológico para designar isso — “McDonaldização da sociedade” —, proposto por um sociólogo americano. Sociedade “McDonaldizada” é aquela em que o desejo é considerado igual às necessidades. Com isso, cria-se a mentalidade do *problem solving* e do “cliente satisfeito ou seu dinheiro de volta”.

Essa é a ética que predomina em boa parte das sociedades atuais. Com ela você não pode dialogar, porque não pode ter idéias diferentes — se as

tiver, será considerada uma pessoa esquisita e, portanto, problemática.

Hoje se sabe que em certos contratos de pesquisa constam cláusulas que dizem que se o rumo da investigação ou suas descobertas fornecerem dados que contrariem os interesses da instituição que a financia, ela deve ser imediatamente parada.

Ao assinarem, os pesquisadores se obrigam a fazer isso. A pesquisa só pode ir adiante se tomar uma direção que “agregue valor” à instituição que a financia. Valor econômico, é claro. Como se sabe, a expressão “agregar valor” é um jargão que em última análise significa proporcionar benefícios financeiros aos que compram as ações da instituição, ou do laboratório envolvidos na investigação.

Com que cabeça conversaremos com pessoas que não aceitam o fato de que falamos diferente, de que temos idéias diferentes? Proponho a vocês esta reflexão, porque ela pode fazer com que cheguemos à conclusão de que, em termos de hoje, e cada vez mais, “valor” significa “preço”.

O economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, sustenta que existem dois tipos de economia: o que ele chama de economia “engenheira”, cujo propósito é mensurativo, quantitativo e objetivo, e que ele observa que é necessário, pois uma das finalidades da economia é lidar com a produção de bens, serviços e dinheiro. Contudo, acrescenta Sen, a economia “engenheira”, ou “de mercado”, não é suficiente para atender a outra dimensão humana importante: os sentimentos, as emoções e a subjetividade, ligadas à solidariedade e à responsabilidade social e, por último mas não menos importante, à cultura de paz. Essa seria a economia política ou social, que nem sempre é necessariamente financeira.

A separação entre a economia de mercado e a economia política pode ser superposta à separação do conhecimento em grandes áreas: a tecnocientífica e a das humanidades, que compreende a filosofia, as artes, a literatura,

e que em nossa sociedade, como sabemos, é vista como “cultura” ou “entretenimento”, quase nunca como um conjunto de meios legítimos de compreensão de mundo — o que, na verdade, são. Basta verificar a importância política e o valor das verbas orçamentárias destinadas a instituições como os Ministérios da Cultura ou instituições equivalentes. E não só no Brasil.

Esse problema também acontece na medicina, campo no qual atingiu dimensões absurdas: chegou ao ponto de os médicos e suas técnicas representarem o papel da cultura, que é por definição apolínea, exata, tecnocrática (não se esqueçam de que sou médico), e os pacientes e suas doenças representarem o papel do mundo natural, que é por definição dionisíaco, imprevisível, rebelde a controles e difícil de reduzir a números e estatísticas. Nós, os médicos, somos os solucionadores de problemas e eles, os pacientes, são os que nos trazem os problemas. É claro que há exceções.

De todo modo, o problema real resulta da divisão binária “ou cultura tecnocientífica ou cultura humanista”, quando o bom-senso diz que deveria ser “cultura tecnocientífica e cultura humanista”. Como fazer as pessoas compreenderem tudo isso, se nossa cultura está

**Com que cabeça
conversaremos com
pessoas que não aceitam
o fato de que falamos
diferente, de que temos
idéias diferentes?**

**Proponho a vocês esta
reflexão, porque ela pode
fazer com que cheguemos
à conclusão de que, em
termos de hoje, e cada
vez mais, “valor”
significa “preço”.**



tão profundamente formatada pela lógica binária do “ou isso ou aquilo”? Como mudar nosso modo de sentir, pensar, falar e agir?

Quero deixar claro que não afirmo que a técnica e a ciência sejam desimportantes. É óbvio que são importantes, necessárias e indispensáveis! Mas, não são suficientes para a compreensão da complexidade de uma parte também importante, necessária e indispensável da condição humana: os sentimentos, as emoções e a intuição.

O que fazer para não tratar as pessoas de maneira somente prática, técnica e operacional? Como religar a tecnociência e cultura humanista, ou cultura das humanidades? Como estabelecer esse diálogo? Eis uma parte importantíssima do nosso problema.

Diálogo significa isso: buscar a comunicação entre esses e outros modos de pensar e agir, sem privilegiar nenhum deles. Nesse sentido, o diálogo pouco ou nada tem a ver com o que coloquialmente denominamos assim, e que na verdade são discussões e debates. Não quero, porém, dar a impressão de o diálogo ser mais importante do que a discussão/debate. São formas diferentes e igualmente significativas de interação, que deveriam se complementar em vez de se excluir, pois há momentos em que é necessário dialogar e momentos em que é necessário discutir/debater.

Lembremos agora alguns dos chamados valores da modernidade, ou

Opostos e complementares

espaço cartesiano: objetividade, estabilidade, previsibilidade e quantificação. Juntamente com outros, eles constituem o chamado projeto iluminista, que começou na época da Revolução Francesa e continua até hoje, embora sob crescente contestação em algumas áreas. Eis uma de suas características práticas: as carreiras eram estáveis; o indivíduo trabalhava na mesma empresa até se aposentar; tinha aposentadoria garantida pelo governo; sabia com razoável exatidão quanto iam render os seus investimentos, e assim por diante.

A partir de fins da década de 1960, muitas coisas mudaram e vivemos uma época de instabilidade, incerteza, desemprego em massa, fim das carreiras longas numa só empresa, proliferação de conflitos regionais.

Como estamos condicionados pela lógica binária, em nossas cabeças as coisas funcionam assim: acabou uma coisa e agora vamos para outra; acabou a modernidade e passamos à pós-modernidade. Se ontem existia um excesso de controle, que causava mal-estar (a repressão aos instintos, que Freud chamou de “mal-estar da civilização”, e depois tomou o nome de “mal-estar da modernidade”), hoje a desregulamentação, as privatizações, a volatilidade dos mercados e o excesso de instabilidade, causam um novo mal, que o sociólogo Zygmunt Bauman chama de “mal-estar da pós-modernidade”. Saímos de um desconforto para entrar em outro. O

que não é de admirar, pois a lógica binária do “ou/ou” mais uma vez nos obrigou a bipolarizar, e a tensão e a angústia são inerentes às posições extremas. A complementaridade entre o que deu certo no período anterior e que vem dando certo no período atual seria o caminho óbvio a trilhar. É o que propõem pensadores como o francês Edgar Morin. Um dos modos de pôr em prática essa complementaridade é o que se chama de diálogo.

Diálogo é um modo de conversação, um modo de trabalhar diferenças e absorver a diversidade. Permite-nos compreender, pela prática, que é possível produzir idéias novas que nos permitam entender que há opostos que são e que devem continuar sendo, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares.

Há situações que não podem ser resolvidas, por mais que desejemos. Em nossas cabeças — as cabeças do “ou isso ou aquilo” —, estamos convencidos que o mundo e a vida se compõem de opostos antagônicos, e que uns devem sempre prevalecer sobre os outros. É assim que temos vivido. Foi assim que chegamos a igualar o desejo às necessidades, o que permitiu que, manipulando-se as necessidades, manipule-se o desejo, que é a própria essência do viver. Quer dizer: quando se manipula o “mercado”, manipula-se a vida de todas as pessoas. Alguns de nós percebem. A maioria não só não percebe, como acha que as coisas sempre foram e sempre serão assim.

Portanto, os que percebem são minoria. Que poderes têm ou terão eles para realizar mudanças práticas? Não fosse isso bastante, para fazer tais mudanças seria preciso contestar a lógica binária e complementá-la (repito: complementá-la, não substituí-la) com um modo de pensar mais abrangente: a lógica sistêmica. O que é muito difícil, pelas seguintes razões:

- a) nossa cultura é mentalmente formatada pela lógica binária;
- b) essa lógica do “ou/ou” (para que um ganhe, é preciso que outro ou outros percam), é um dos dogmas da atual economia de mercado;

c) para complementá-la com a lógica sistêmica seria necessário um enorme esforço educacional, do básico ao superior;

d) a educação, estatal ou privada, é financiada pela economia de mercado;

e) seria ingênuo esperar que essa economia passasse a financiar um modo de pensar que a contesta e visa a transformá-la.

No entanto, as reflexões acima não se destinam a fazer-nos perder as esperanças, mas a moderar romantismos, deslumbramentos e retóricas “reformistas” comiciais. Destinam-se a chamar-nos à realidade, da qual faz parte esta afirmativa: temos poder, sim. E o tamanho do poder que temos pode ser avaliado pelos esforços que fazem aqueles que o tomaram de nós e lutam para mantê-lo. Lembremos a conhecida frase de Gandhi: “Não foram os ingleses que nos tomaram a Índia, fomos nós que a entregamos a eles”.

Não sabemos o poder que temos, porque em nossa fantasia pretendemos enfrentar poderes muito superiores aos nossos — e usando o mesmo tipo de força que nos mantém sob controle. Na verdade, temos outro tipo de força, mas o desconhecemos. Tal desconhecimento vem, é claro, de nosso condicionamento pelo modelo mental

**...seria preciso contestar
a lógica binária
e complementá-la
(repite: complementá-la,
não substituí-la)
com um modo de pensar
mais abrangente:
a lógica sistêmica.**



binário.

Lembremos aqui outras de suas características: ele faz com que nos convençamos de que as causas são sempre imediatamente anteriores aos efeitos (ou estão muito próximas deles), e que a relação entre causa e efeito se dá sempre num mesmo contexto de espaço e tempo.

Nessa linha de raciocínio, convencemo-nos, por exemplo, de que: a) Gandhi morreu em 1948 e, portanto, fora de nosso contexto de tempo; b) Gandhi viveu grande parte de sua vida na Índia, com uma longa temporada na África do Sul. Viveu, pois, fora de nosso contexto de espaço. O mesmo se aplica a líderes como Martin Luther King e, com exceção das observações relativas ao tempo, a Nelson Mandela.

E assim perdemos a oportunidade de aprender a utilizar o poder da inclusão, que comprovadamente produziu grandes mudanças históricas e políticas. E a perdemos porque nosso condicionamento nos impede de percebê-la. Impede-nos de perceber o poder da aglutinação, da complementaridade — o poder do diálogo, enfim.

Das conversas do educador indiano Jiddu Krishnamurti com o físico americano David Bohm surgiram algumas das primeiras iniciativas do diálogo tal como é praticado hoje no mundo ocidental. Um ex-diplomata americano, Harold Saunders, decidiu aplicá-lo em confrontos políticos. Trabalhou com o diálogo nas negociações entre os afegãos e os russos, quando estes estavam no Afeganistão. Trabalhou também no primeiro acordo entre Arafat e Rabin, no Oriente Médio. Para chegar a esse acordo, além das discussões, debates e negociações convencionais, utilizou-se a técnica do diálogo em reuniões fora das vistas da mídia.

A nossa experiência com o diálogo na Associação Palas Athena já é ra-

Idéias e conclusões

zoável. Publicamos uma edição inteira da nossa revista THOT (nº 76), dedicada ao tema. Também demos treinamento com a técnica do diálogo a funcionários da Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo. De todas essas experiências, tiramos algumas idéias e conclusões que seguem abaixo.

- O escritor brasileiro Ariano Suassuna diferencia sucesso e êxito. Para ele, sucesso é conseguir alguma coisa que satisfaça necessidades. Êxito é conseguir alguma coisa que amplie o desejo: a alegria de viver, a satisfação. Assim, o êxito ultrapassa o sucesso. Este é necessário, mas não suficiente, da mesma forma que a discussão e o debate são necessários, mas insuficientes para lidar com a complexidade das ações e da vida humana.

- A maior violência é nos julgarmos separados. Separados de quem? Primeiro, de nós mesmos. No intervalo de um curso que dei em São Paulo, um dos alunos, um executivo, disse que a finalidade do trabalho dele era “agregar valor” para os acionistas. Perguntei se essa era também a finalidade da sua vida, e ele respondeu que não: “A finalidade da minha vida pessoal é outra”. Mas não existe “vida pessoal”. A vida é necessariamente inter-pessoal, porque não é possível viver sem o outro. É ele quem confirma a nossa existência.

- Quando acontece alguma catástrofe, algum navio que vaza óleo, um

escândalo político, situações assim, a primeira coisa que as autoridades fazem, quando entrevistadas, é recortar o evento de seu contexto e apresentá-lo como “fato isolado”. Retirado de seu contexto, qualquer problema parece ser facilmente solucionável, pois fica reduzido às suas dimensões mecânicas, econômicas e financeiras.

• Uma das primeiras referências do diálogo está nos ensaios do filósofo francês Michel de Montaigne. A base do diálogo é a suspensão momentânea dos saberes prévios, dos pressupostos, das teorias, e procurar trabalhar as questões como se fosse pela primeira vez. É o que Montaigne chamava de “suspensão de juízo” – referia-se a juízos valorativos. O primeiro passo do diálogo é suspender os juízos. Isso é difícil de explicar, porque as pessoas costumam argumentar: “Não posso suspender as minhas convicções, abrir mão de tudo aquilo que eu sei e em que acredito”. O que se pede, porém, é que elas suspendam *momentaneamente* seus juízos, teorias e pressupostos sobre o assunto tratado no momento. Quem não puder fazer isso, dificilmente poderá participar do diálogo.

• Para conseguir suspender os juízos é preciso questionar as necessidades. Quanto mais necessidades tiver, mais dificilmente suspenderei meus juízos, porque estarei sempre cheio de teorias para defender minha atitude de achar que preciso de tantas coisas além daquelas de que realmente necessito.

• Outra dificuldade é fazer com que algumas pessoas entendam a diferença entre a dialética e a dialógica. Há quem ache que são a mesma coisa, mas não são. Na dialética, defendo a posição “A” e você a posição “B”. Discutimos, fazemos um acordo e chegamos à posição “C”: “A” é a tese, “B” a antítese e “C” a síntese. No diálogo, tenho a idéia “A” e você tem a

idéia “B”. Mesmo que elas sejam contraditórias, tal fato não é posto em questão. Então, conversamos para ver que idéias outras surgem além da minha e da sua. Isso é muito difícil de fazer, mas não é impossível. Na prática, algumas pessoas conseguem com graus variáveis de facilidade, outras com graus variáveis de dificuldade, e outras não conseguem.

• O filósofo Martin Heidegger fala de três situações que chama de “modos de alienação do ser humano”. São também três grandes obstáculos ao diálogo. A primeira é a ambigüidade: “Vou porque todo mundo vai, faço porque todo mundo faz, compro porque todo mundo compra, penso porque todo mundo pensa”. A segunda é a tagarelice. A tagarelice é uma forma eficaz de desviar a atenção do que realmente acontece. A terceira é a avidez pelas novidades, a moda, os modismos, as tendências.

• A nossa mente condicionada pela lógica binária é mais reativa do que ativa. Temos dificuldade de fixar a atenção por muito tempo em alguma coisa. Muitos de nós imaginam que há, em algum lugar, em laboratórios muito bem equipados, cientistas de jaleco branco e ar erudito que trabalham dia e noite para

**Fingimos aceitar a teoria
[não há nada que a
comprove] de que
o mundo é igual
para todos, o que nos
dispensa do esforço de
compreendê-lo e viver
nele à nossa maneira.**



resolver todos os nossos problemas e dizer-nos o que devemos fazer: emitem receitas, preceitos e diretivas, como se estas fossem igualmente válidas para todo mundo e tudo resolvessem.

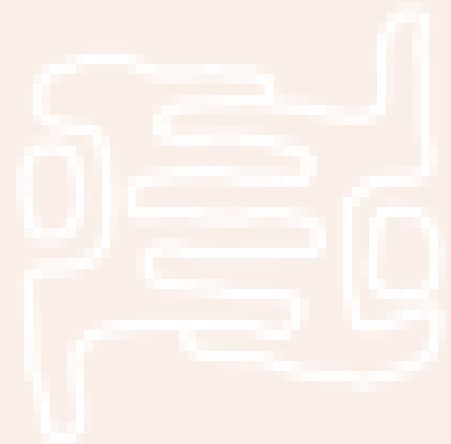
• Fingimos aceitar a teoria (não há nada que a comprove) de que o mundo é igual para todos, o que nos dispensa do esforço de compreendê-lo e viver nele à nossa maneira. Os grupos de diálogo se destinam exatamente a mostrar, na prática, que isso não é verdade: as pessoas vêem as mesmas coisas de maneiras diferentes e, portanto, é necessário conversar, submeter idéias à prova, construir em conjunto opiniões, consensos, planejar ações. Isso implica respeitar a diversidade, seja ela de que natureza for: de idéias, de etnia, de posição política.

• Se cada um vê o mundo de maneira diferente, é óbvio que para nos entendermos é preciso construir um mundo comum. No nosso caso, ele é o mundo da nossa cultura. Não é igual ao da cultura americana que, por sua vez, não é igual ao da cultura francesa, que não é igual ao da cultura japonesa, e assim por diante. São semelhantes, porque somos todos seres humanos, mas não iguais. Estamos condicionados a conviver com a repetição. A nossa sociedade é uma sociedade de repetição, que não respeita as diferenças e tem horror ao novo — não confundir com a atração pelo falso novo: os modismos, as “novidades”. O diverso provoca de imediato uma reação de estranheza “imunológica”: “É diferente, sinto medo”. O que é mau para todos, porque quando nos atemorizamos diante do diferente, damos aos diferentes de nós o mesmo direito. Não sabemos lidar com a diversidade e a diferença, o que equivale a não saber exercer a tolerância e a compaixão.

• Em seu diálogo *O sofista*, Platão dizia que separar cada palavra do seu contexto nos priva de compreender a realidade. Ele escreveu isso há 2.500 anos e nós não aprendemos até hoje. Separar cada coisa e cada idéia do seu contexto dificulta a compreensão da realidade. Há pouco, vimos que interesses políticos e econômicos financiam sistemas educacionais, cuja tarefa principal é justamente essa: fazer recortes, fragmentar os saberes, proporcionar visões parciais, promover superespecializações, evitar a percepção das relações e da dinâmica entre as partes e o todo.

• Em seu livro *Para sair do século XX*, Edgar Morin fala, entre outras coisas, de como o enclausuramento de grupos em suas respectivas ideologias é fatal para o diálogo. Observa que se o grupo “A” estiver totalmente encerrado em suas idéias e dogmas, e se o grupo “B” está também encapsulado em suas “certezas”, essa separação os torna incomunicáveis e produz aquilo que ele chama de “componente alucinatório da percepção”: vê-se aquilo em que se acredita, o que, não necessariamente, corresponde à realidade.

...buscar a convivência com a diversidade, tentando aceitá-la e compreendê-la. É uma forma de aprender que o mundo em que vivemos é o que construímos durante as nossas interações com ele.



• Cada grupo assim condicionado considera sua visão de realidade a única válida e incontestável e acha que o outro está delirando, está com alucinações. Em seu modo de ver, suas crenças os impedem de ter tais delírios. Cada um, portanto, tende a desqualificar tudo aquilo que o outro vê, diz e faz. Os modos de desqualificação são tradicionalmente conhecidos. A primeira providência é censurar a imprensa. Outra é queimar livros em praça pública. Se nada disso for suficiente, pode-se chegar até à eliminação física de parte ou da totalidade dos membros do outro grupo. Milhões de dissidentes políticos foram suprimidos assim, ao longo da história.

• Há dois modos principais de lidar com a diversidade de idéias e comportamentos. O primeiro, que acabamos de ver, consiste em tentar superá-la, ou, se isso não for possível, afastá-la. É o modo que afirma que todos nós percebemos o mundo da mesma maneira. Criam-se assim visões de mundo padronizadas, bitoladas, massificadas. O segundo modo consiste em buscar a convivência com a diversidade, tentando aceitá-la e compreendê-la. É uma forma de aprender que o mundo em que vivemos é o que construímos durante as nossas interações com ele.

Pontos para o diálogo

Há quem imagine que a abordagem dialógica não tem metodologia, que seja algo totalmente intuitivo. Trata-se de um equívoco. Há muito de intuitivo em sua prática, claro, mas existem outros aspectos a serem observados.

Ao falar sobre a evolução das espécies, o cientista chileno Francisco Varela se referiu a dois tipos de jogo. No primeiro (que ele sustenta que é o que ocorre no mundo natural), uma vez cumpridos certos requisitos básicos, o resto corre por conta da interação dos sistemas vivos com o meio. O segundo tipo pode ser definido pela diretiva: “Eis o que deve ser feito; tudo mais é proibido”. O primeiro jogo é libertário, o segundo é determinístico, regulamentado.

O diálogo é um jogo do primeiro tipo: prevê algumas normas iniciais, mas, daí em diante, tudo depende dos participantes. Não se deve, pois, confundir normas operacionais com receitas. Do mesmo modo que o exagero do uso de métodos e técnicas acaba se transformando em um pressuposto (e, portanto, um estorvo), a ausência de metodologia pode levar ao mesmo resultado. Assim, o que se segue deve ser visto como um conjunto de sugestões a serem aplicadas e desenvolvidas de modo ativo:

- a) ouvir para aprender algo novo e não para conferir com crenças prévias;
- b) respeitar as diferenças e a diversidade;
- c) refletir sem julgar;

d) ter sempre em mente que o objetivo é criar e aprender, e não “ter razão” e sair vencedor.

As pessoas que não compreendem o que é suspensão de idéias preconcebidas, ou que necessitam de explicações, regras, normas e diretrizes detalhadas (manuais de instrução) para suspendê-las, dificilmente conseguirão dialogar. O ponto crucial, como já sabemos, é identificar tais crenças e observá-las. Esse é o início do processo de sua suspensão, que é uma atitude consciente e pragmática. Não há mágicas nem aspectos miraculosos em sua realização. Também não se trata de suspender *todos* os pressupostos a respeito de *tudo* e *para sempre*. Tal coisa seria impossível e, mesmo que fosse possível, seria desnecessária para a prática do método dialógico. Trata-se – nunca é demais insistir – de suspender *momentaneamente*, durante a duração do diálogo, as idéias prévias sobre o assunto que está sendo tratado.

Por fim, enumero mais algumas considerações que têm sido úteis em nossa experiência com grupos:

1. A mente faz parte do cérebro; o cérebro faz parte do corpo; o corpo faz parte do mundo; logo, a mente não é separada do mundo.
2. A realidade de um indivíduo é a visão de mundo que sua estrutura lhe permite perceber num dado momento. Tal estrutura muda continuamente, de modo que essa compreensão, que num dado instante parece fora de dúvida e definitiva, pode não o ser mais tarde.
3. Enquanto permanecer apenas individual, qualquer compreensão de mundo será precária. Por isso, é preciso ampliá-la.
4. Com quanto mais pessoas conversarmos sobre nossas percepções e com-

preensões, melhor. Quanto maior a diversidade de pontos de vista dessas pessoas, melhor ainda.

5. Se uma conversa produzir em nós uma tendência a achar que não estamos ouvindo nada de novo, é bem provável que estejamos na defensiva.

6. É importante dar especial atenção aos pontos de vista dos quais mais discordamos e aos comportamentos que mais nos irritam. Mas, isso não quer dizer que estejamos obrigados a aceitar tudo ou a concordar com tudo: significa que o contato com a diversidade é fundamental para a aprendizagem e para a abertura de nossa mente.

7. Do mesmo modo, é importante dar a mesma atenção (no sentido de avaliar constantemente) aos pontos de vista com os quais concordamos, isto é, às crenças que nos deixam mais confortáveis, mais acomodados.

**Com quanto mais pessoas
conversarmos sobre
nossas percepções e
compreensões, melhor.
Quanto maior a
diversidade de pontos de
vista dessas pessoas,
melhor ainda.**



Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais

Conferência Mundial sobre Políticas Culturais

Cidade do México, 26 de julho a 6 de agosto de 1982

- 1.** Toda cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível, já que, por meio de suas tradições e formas de expressão, cada povo pode manifestar plenamente sua presença no mundo.
- 2.** A afirmação da identidade cultural contribui, pois, para a libertação dos povos e, similarmente, toda forma de dominação nega ou compromete essa identidade.
- 3.** A identidade cultural é uma riqueza estimulante que amplia as possibilidades de florescimento da espécie humana, incentivando cada povo ou grupo a nutrir-se de seu próprio passado, a acolher as contribuições externas compatíveis com suas características próprias, dando, assim, continuidade ao processo de sua criação própria.
- 4.** Todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A identidade cultural de um povo renova-se e se enriquece em contato com

as tradições e valores de outros povos. Cultura é diálogo, intercâmbio de idéias e experiências, apreço por outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre.

5. O universal não pode ser expresso de maneira abstrata por nenhuma cultura particular; emerge da experiência de todos os povos do mundo, cada um afirmando sua identidade; identidade cultural e diversidade cultural são indissociáveis.

6. Longe de comprometer a comunhão nos valores universais que unem os povos, as particularidades culturais a favorecem. A essência mesma do pluralismo cultural é o reconhecimento concreto de que, onde coexistem tradições diferentes, convivem identidades culturais múltiplas.

7. A comunidade internacional considera um dever zelar pela defesa e conservação da identidade cultural de cada povo.

8. Por definição, as políticas culturais são chamadas a proteger, animar e enriquecer a identidade e o patrimônio cultural de cada povo, e a fomentar o respeito e a estima mais absolutos pelas minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade sempre se empobrece quando a cultura de um determinado grupo é destruída ou incompreendida.

9. É preciso reconhecer a paridade de todas as culturas em dignidade, e o direito de cada povo e de cada comunidade a afirmar, preservar e elevar o respeito por sua identidade cultural.



Fóruns 2000

1º- O Geo-processamento de Dados e sua
Importância na Definição de Políticas Sociais
Josefina Balanotti e Márcia Bernardes

2º- Pela Vida, Não à Violência
Dirce Gomes e Sonia R. Teixeira Almeida

3º- Desafios e Perspectivas da
Educação para a Paz
**Ubiratan D'Ambrósio, Lia Diskin e
Carlos A. Emediato**

4º- Cidades Saudáveis
**Paulo Fernando Capucci e
Márcia Faria Westphal**

Fóruns realizados

Desde o ano 2000, o Comitê realiza Fóruns temáticos mensalmente, com o objetivo de oferecer subsídios a novas reflexões e contribuir na construção de ambientes e dinâmicas embasadas nos princípios de Cultura de Paz.

Auditório Paula Souza,
Faculdade de
Saúde Pública da USP
Entrada Franca

Fóruns 2001

5º- Diálogo sem Fronteiras

Ricardo Harduim e Ale Ratti

6º- Educação Global - Paradigma para a Educação Ambiental

Marli Alves Santos

7º- Arte e Cultura na Educação de Crianças e Adolescentes

Reinaldo Bulgarelli e Elvira Gentil

8º- Educação Ambiental Global

Marli Alves Santos

9º- Os Custos Sociais da Violência e Como Participar na Prevenção

Dario Birolini

10º- Consumo Responsável

Maluh Barciotte e Cyntia Malaguti

11º- Minimizando o Lixo: Passaporte Sustentável para o Século 21

Emília Gadelha

12º- Que Fim Levou a Infância?

Ute Craemer

13º- A Ética no “Mercado” do 3º Setor

George Barcat

Fóruns 2002

14º- Monte Azul - Um Trabalho nas Favelas em Busca da Paz Social e do Desenvolvimento da Identidade Pessoal

Ute Craemer

15º- Minimizando o Lixo

Araci Musolino Montineri e Ana Maria D. Luz

16º- O Poder em uma Cultura de Paz: Análise, Reflexão e Propostas

Guilherme Assis de Almeida

17º- Diálogo: a Competência do Conviver

Humberto Mariotti

18º- Rumo a uma Justiça Restauradora: a Construção Permanente da Paz

Egberto de A. Penido

19º- “Não Existe Caminho para a Paz, a Paz é o Caminho”- Mahatma Gandhi

Marisa Nogueira Greeb

20º- Garantindo Eficácia e Coerência no Trabalho de Construção da Paz

Therezinha Fram

21º- A Cultura de Paz como Política Pública

Heloisa Helena Fernandes G. da Costa

Fóruns 2003

22º- Ética, a Arte da Convivência

José Romão Trigo de Aguiar

23º- Abordagem Transdisciplinar para a Formação Integral do Ser Humano

Ondalva Serrano

24º- Reflexões sobre o Programa de Orientação Alimentar e Nutricional para a Melhoria da Qualidade de Vida

Clara Brandão

25º- Povos Indígenas do Brasil

Carmen Sylvia Junqueira

26º- Ética na TV

Laurindo Lalo Leal Filho

27º- Liberdade e Interdependência - Reflexões Gandhianas

Lia Diskin

28º- Economia Sustentável

Ladislau Dowbor

29º- O Conto e a Loucura na Sociedade Dogon: Dimensões da Existencialidade Negro-Africana

Denise Dias Barros

Fóruns 2004

30º- Economia Solidária e a Cultura de Paz

Marcos Arruda

31º- Valorização da Diversidade

Reinaldo Bulgarelli

32º- Em Defesa da Utopia

Henrique Rattner

33º- A Televisão e a (de)Formação de Valores Éticos

Ana Cristina Olmos

34º - Fórum Social Mundial - Origens, o que é, Perspectivas

Chico Whitaker

35º - Educação, Cultura, Arte e Indústria do Entretenimento

Alcione Araújo

36º - Mediação - Uma Prática Cidadã

Cássio Filgueiras, Célia Whitaker e Denis Rodrigues

37º - Elementos de uma Educação para a Paz

Nelson Fiedler-Ferrara